

O reconhecimento do sujeito migrante a partir do levantamento histórico da colonização alemã no Brasil - um passado presente * ***Recognizing the immigrant from a historical survey of German colonization in Brazil - a present past***

Diane Portuguese**

Resumo O levantamento que apresentamos mostra uma visão panorâmica da história dita "oficial" da imigração alemã para o Brasil, conferindo-lhe detalhes sobre aspetos correspondentes a ambos os países, Alemanha e Brasil, que perpassaram os interesses dos indivíduos envolvidos neste processo e continuam presentes. Pretendeu-se ampliar a compreensão do movimento migratório na perspetiva da história não oficial, relatada por depoentes descendentes de imigrantes alemães no Brasil, que nos apresentaram dados sobre a construção das suas identidades. Apresenta-se interface entre a história "oficial" da imigração dos alemães para o Brasil e a história "vívuda" contada por descendentes de imigrantes alemães cuja existência é atravessada por factos de outrora, que permanecem vivos.

Palavras-chave identidade, história oral, imigração alemã no Brasil.

Abstract This paper shows overview about the "official" story German immigration to Brazil, giving details on aspects related to both countries - Germany and Brazil, which permeated interests of the individuals involved in this process and that are current on the present. Craved to expand the understanding of the migratory movement in unofficial perspective of history, this paper reported the view from descendants of German immigrants in Brazil. This one's reports the construction their identities, sharing their life stories; This article argues the interface between the "official" history of immigration of Germans to Brazil and the "lived" history, told by descendants of German immigrants whose existence is transfixted by events of the past in everyday experiences.

Keywords identity, oral story, German immigration to Brazil.

* Excerto adaptado da dissertação de mestrado da autora, intitulada: *"Quem somos nós, descendentes? Da História à socialização na constituição de identidades 'teuto-brasileiras'"*. Mestrado em Psicologia Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2013.

** Psicóloga, mestre em Psicologia Social pela PUCSP, doutoranda em Psicologia Social PUCSP e pelo IMIS Institut, Universidade de Osnabrück.

O reconhecimento do sujeito migrante a partir do levantamento histórico da colonização alemã no Brasil - um passado presente

Diane Portugais

Introdução

Visando a emergência dos novos fluxos migratórios pelo globo, com reflexos também no Brasil, procura-se com apoio da pesquisa acerca da imigração histórica, e tendo como exemplo da história a imigração de alemães para o Brasil, compreender as nuances deste processo, a construção sociopolítica, os desdobramentos e verificar com o recurso a alguns relatos de descendentes de alemães, como questões do passado ainda se repercutem no presente e na formação da sua identidade.

O objetivo deste artigo é envolver o leitor nesta viagem histórica e proporcionar um olhar crítico na constituição deste movimento migratório, lançando sementes para pensar no presente, na importância do movimento histórico-social que inclui a formação de novos fluxos, bem como a construção de políticas de pertencimento cultural para os sujeitos envolvidos.

Este texto desenvolve-se a partir de cinco pontos: o primeiro acerca da gênese da imigração alemã para o Brasil – como esta imigração se constituiu apoiada pelo governo brasileiro e agências de imigração; o segundo ponto acerca das barreiras interétnicas e o *deutschtum* – localização das colônias alemãs no Brasil e do isolamento dos seus habitantes, algo que colaborou para a sua não assimilação por outros habitantes e para o receio do governo brasileiro do chamado *perigo alemão*; um terceiro ponto acerca do caso da cidade de São Paulo, para descrever o percurso da presença alemã, caracterizando a colonização a princípio não visada pelo governo brasileiro, a inserção alemã e o rápido desenvolvimento da região de Santo Amaro; um quarto ponto acerca da tentativa do governo brasileiro no período político conhecido por Estado Novo de homogeneizar os estrangeiros, em especial alemães e japoneses, para torná-los “abrasileirados” num movimento de aculturação à força. O artigo conclui com uma reflexão acerca do papel da História no sentido da vida dos descendentes no presente, analisando sucintamente a relação entre história, formação da identidade, vivências no presente e perspectivas futuras a partir dos questionamentos apresentados.

Gênese da imigração alemã para o Brasil

O fluxo migratório alemão para o Brasil teve início na abertura dos portos brasileiros às nações amigas, pelo príncipe regente D. João VI, no ano de 1808. Foi implementado após o decreto de 25 de novembro do mesmo ano, o que possibilitou o acesso à propriedade fundiária a estrangeiros, incentivando a entrada de grupos imigrantes de variadas procedências. Petroni (1982 *apud* Siriani, 2003) refere-se à imigração como fator civilizador. A presença dos alemães no Brasil no período colonial, ainda que em números diminutos, representou uma imigração de *qualidade*, na medida em que no país permaneceram estudiosos, artistas, engenheiros, artífices e militares de origem alemã (idem, 2003).

Willems (1980) considera a etnia definida linguisticamente para chegar ao número máximo de cerca de 500 mil imigrantes da língua alemã, desde meados de 1827 até 1940, este número inclui também imigrantes da Áustria, Rússia, Polónia, Checoslováquia e Suíça. A imigração alemã no Brasil numericamente, foi muito menos significativa do que a italiana, portuguesa, espanhola e japonesa. Também não apresentou um período de maior afluxo; caracterizou-se por entradas mais ou menos constantes no período de 1850 a 1919, com aumento brusco na década de 1920, relacionados à dificuldade do pós-guerra na Alemanha (Seyferth, 1994).

Ainda que menor em relação a outros grupos étnicos, a sua importância no contexto imigratório brasileiro, tem a ver com a forma de participação no povoamento dos três estados do sul do país (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) que ocorreu em zonas pioneiras e com a formação cultural de comunidades com traços específicos. Segundo Huber (2007: 280) especificidades étnicas visíveis na organização comunitária dos imigrantes dirigidas a centros urbanos chamaram a atenção dos nacionalistas brasileiros, o que gerou situações de conflito que perduraram até a década de 1940. Os pontos mais críticos foram alcançados na época das duas Guerras Mundiais. Na avaliação de documentos, Magalhães (1998: 24) refere o desejo da realização da utopia dos alemães por conquistar o “Novo Mundo”, onde havia terras abundantes e trabalho para todos.

De acordo com Huber (2007: 280) a colonização começou em 1818, com a colónia Leopoldina – nome da imperatriz que estimulou a imigração alemã na Bahia, seguido da fundação de Nova Friburgo na região serrana do Rio de Janeiro em 1819, por imigrantes suíços. A autora enfatiza a participação dos alemães no processo de colonização do Brasil, já desde a fundação da primeira colónia na Bahia, em 1818. Com presença significativa em cidades como São Paulo, Porto Alegre e Curitiba, a maioria empenhou-se em projetos baseados na pequena propriedade familiar, nas zonas rurais da região Sul. Davatz (1980) acrescenta que no Sul do Brasil, *verdadeiros colonos* foram recebidos, ou seja, entravam imediatamente na posse da terra e passavam a viver como proprietários rurais. Seyferth (2000a) coloca que, como um todo, o sistema de colonização produziu um campesinato com características próprias, tendo como unidade básica a pequena propriedade familiar no curso de um processo de povoamento que correspondeu a sucessivas levas de imigrantes, no período que foi de 1824 até o início da década de 1930, com progressiva diminuição do fluxo imigratório na década de 1930.

A colónia alemã indicava um estilo de vida distinto, com culturas camponesas diversas, costumes, hábitos e organização comunitária estruturada num contexto vivido como pioneiro, quando o contacto com a sociedade nacional abrangente era restrito à parcela da população envolvida na atividade comercial ou residente nos núcleos urbanos (Seyferth, 2000b). Ainda neste contexto, cabe ressaltar a existência de grande heterogeneidade cultural entre os imigrantes alemães. Grande parte deles chegou ao Brasil muito antes da unificação política da Alemanha. Pertenciam a “países diferentes”, considerando-se mutuamente como estrangeiros. Havia grande diferença também entre os grupos de alemães protestantes e católicos, diferenças que originaram reagrupamentos na auto colonização no Brasil de acordo com Willems (1980). Siriani (2003: 43) salienta ainda que *“o convívio entre os alemães de diferentes procedências regionais jamais havia sido impedimento para uma conduta cordial entre os membros dos grupos”*. Estes apresentavam

redes de relações sociais interligadas, tanto entre si como em relação à população nativa que os acolheu. As maiores diferenças existentes de facto, eram os dialetos e as crenças religiosas. Era necessário que se apoiassem em terra estrangeira, por isso as diferenças eram diminuídas em função da necessária união.

Ainda de acordo com a autora supracitada, o ponto de partida para a imigração *oficial* foi o decreto de D. João VI, com data de 16 de março de 1820, que declarava de maneira explícita o interesse do governo em incentivar a entrada de cidadãos alemães e daqueles outros países que considerassem oportuno estabelecerem-se em território brasileiro. O que o decreto não explicitava, contudo, era o porquê de tal posicionamento em relação aos alemães. Siriani (2003) e autores como Seyferth (1982, 1994, 2000a) e Lorenz (2008) apontam ter sido esta uma política imigratória voltada para o branqueamento da população. Segundo as autoras o imigrante europeu foi considerado o tipo racial mais adequado para *purificar* a raça brasileira e também o tipo de mão-de-obra adequada para solucionar o problema económico vigente, sobretudo, após a abolição do tráfico de escravos africanos. *“Simultaneamente à abolição dos escravos, surgiram no Brasil ideias raciais: alguns abolicionistas declararam-se explicitamente contrários à imigração de trabalhadores não brancos, como os asiáticos”* (Lorenz, 2007: 31).

Defendeu-se o recrutamento exclusivo de trabalhadores brancos para aumentar a massa ariana no Brasil. Sobre o ideal de branqueamento *“o Brasil deveria tornar-se um país onde, atraída pela franqueza das nossas instituições e pela liberdade do nosso regime, a imigração europeia traga sem cessar para os trópicos uma corrente de sangue caucásio vivaz, enérgico e sadio, que possamos absorver sem perigo”* (Nabuco *apud* Lorenz, 2008: 31).

Da “miscigenação branca” dependeria a homogeneização da população brasileira, este processo não deveria ser prejudicado por outras “raças”. Ilustra o espírito desta época, os dizeres de Davatz (1980: 31) *“Como o sal permite saborear alimentos naturalmente insípidos, assim também a mistura bem proporcionada de sangue germânico é salutar a qualquer povo [...]”*.

De acordo com Seyferth (2000a, 2000b) os critérios de seleção de imigrantes visavam europeus brancos a promover e aumentar a civilização do vasto Reino do Brasil. Trazer colonos significava povoar o território, produzir alimentos e desenvolver artes e ofícios, segundo os discursos dos defensores da imigração da época, gente afeita ao trabalho (Seyferth, 2000b). A ideia de civilização com base no apoio à vinda destes imigrantes trazia consigo pressupostos de exclusão, cujas distinções fenotípicas eram consideradas muito importantes: *os «piores elementos colonizadores» segundo diretores de colônia, eram comunistas, condenados, ex-soldados e a «escória das cidades» que os governos europeus «expeliam» e que o Brasil devia mandar de volta. Refugiados, deficientes físicos, ciganos, ativistas políticos, velhos, etc., também estavam arrolados, inclusive na legislação, como «indesejáveis»* (Seyferth, 2000b: 2).

De acordo com Oliveira (2008: 32) a discussão sobre os interesses envolvidos na imigração (ou colonização) assumiu grande importância na abordagem do processo de integração dos imigrantes e dos seus descendentes no Estado, na economia e na sociedade

brasileira. O autor cita Luiza Iotti (2001: 21) em relação ao reflexo da legislação imperial brasileira, sobre *"contradições existentes na sociedade brasileira em relação à política imigratória a ser adotada pelo império."*

Ressalta-se que os imigrantes germânicos chegaram ao Brasil no meio de uma política excludente, quer por parte do povo brasileiro que considerava os negros mão-de-obra não qualificada, portanto, não bem-vinda, quer por parte da própria Alemanha, que conferiu aos seus cidadãos condições de vida dificultosas. A partida de indivíduos indesejados para a redução de gastos foi estimulada. Caso eles fossem deficientes, criminosos, doentes etc... (Karastojanov, 1999; Siriani, 2003)

Neste contexto, cabe a reflexão sobre a situação em que se deu a imigração. A ideologia excludente deve ser considerada, sobretudo, no processo de assimilação à nova cultura. Consideram-se aqui os contributos de Sayad (1998) no tocante à imigração sofrer uma dupla contradição que representa, *um estado provisório que se prolonga indefinidamente*, ao mesmo tempo que se torna *um estado definitivo e vivido com o sentimento de ser provisório*. Como estas condições excludentes nas suas variadas formas, viriam a ser vivenciadas por estes sujeitos?

Em 1824, começou o povoamento sistemático do Brasil meridional por imigrantes germânicos e mais à frente, em 1859, emigraram, da Saxónia para o Brasil, algumas centenas de famílias de artífices e operários (entres eles carpinteiros, serralheiros, costureiras) em circunstâncias diferentes daqueles que entraram no Brasil anteriormente. A situação económica destes emigrantes não era exatamente precária. Eles não queriam trabalhar em fábricas e foi esse desejo, de evitar a proletarianização que acometia o seu país, que os induziu a emigrar. Entre aqueles que podiam escolher entre o trabalho rural ou industrial ou emigrar para onde as terras eram baratas e férteis, a segunda opção foi a mais escolhida. A forma de administração dos territórios da sua terra natal, também foi um facto importante, que levou à emigração coletiva. A Alemanha estava sob um regime político que promovia altíssimos impostos que forçaram a população ao êxodo. Muitas famílias fugiam, abandonando propriedades, evitando as autoridades fiscais e policiais (Willems, 1980).

No Brasil os imigrantes foram colocados na periferia das grandes propriedades escravistas, iniciando um processo de ocupação que, posteriormente, seria deslocado para o extremo sul, onde a colonização aparece como sinónimo de povoamento. A imigração subsidiada pelo Brasil, com intensa propaganda nos países da Europa, devia atender ao princípio geopolítico de consolidação do território, nitidamente delineado a partir da fundação da colónia de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul em 1824 e de três outras colónias em Santa Catarina e no Paraná, estabelecidas em 1829 em caminhos de cargueiros que ligavam o litoral ao planalto e este à província de São Paulo (Seyferth, 2000a). A forma como foram localizadas as colónias alemãs fomentou uma espécie de auto segregação dos colonos, que culminou na pouca miscigenação junto à população local (Lorenz, 2008). Esta situação resultou muito diferente das expectativas dos defensores do projeto de branqueamento da população brasileira. Isolados, os alemães e os seus descendentes mantiveram a preservação da sua individualidade étnica e nacional num movimento que até aquele momento não preocupava as autoridades brasileiras (Lorenz, 2008: 32).

De acordo com Siriani (2003) artigos contidos no decreto de 1820 possibilitaram a entrada de grandes contingentes populacionais durante o primeiro Reinado e serviram de base para a fundação de várias colônias por todo o território. Entre elas a colônia Leopoldina, no sul da Bahia, a Frankental, fundada na mesma região em 1822, por iniciativa de Georg Anton Von Schaeffer (principal agente de imigração do período e amigo pessoal de D. Pedro I e D. Leopoldina), a Nova Friburgo, no Rio de Janeiro, a São Leopoldo, no sul do país e, na província de São Paulo, os núcleos de Santo Amaro e Itapecerica. O mesmo decreto estabelecia os direitos à cidadania e à liberdade de culto, que não foi cumprido pelo governo do Império, "*pelo facto de a Igreja Católica estar vinculada ao Estado durante o primeiro Reinado, o que causou grandes problemas aos imigrantes de origem protestante, deixados, muitas vezes, à própria sorte*" (Siriani, 2003: 46).

Uma melhoria ocorreu a partir 1832, já no período regencial, com a lei que estabelecia que os imigrantes no Brasil, há mais de quatro anos, poderiam naturalizar-se e garantir o direito à cidadania. No entanto, ainda que essas questões fossem discutidas por deputados e demais autoridades, as consequências quase arruinaram vários núcleos coloniais. Os recursos financeiros destinados aos colonos e à introdução de novos estrangeiros foram suspensos. Nesta condição, os imigrantes alemães viram-se sem possibilidades de sobreviver, corroborando com maior desconfiança em relação ao Estado Brasileiro. Não tardou a solidariedade étnica tornar-se uma estratégia de sobrevivência e também um meio para prosperar (Siriani, 2003).

A partir de 1870, outros grupos de trabalhadores deslocam-se para o Brasil que, segundo Magalhães (1998), trouxeram consigo uma experiência de nação; tornaram-se cidadãos do *Reich*, uma Alemanha unificada que incutiu sentimentos de pertença naqueles que emigraram, perpetuando esses sentimentos num público cada vez mais fiel no novo país, por meio das escolas primárias, e da literatura. Nessa época o número de imigrantes foi mais expressivo do que em tempos anteriores, principalmente devido à repercussão da propaganda dos defensores da imigração.

Barreiras interétnicas e o *Deutschtum*

A localização das colônias alemãs revela interesses mais diretos da política de colonização dos imigrantes, como já foi mencionado, que era povoar terras desabitadas, consideradas mais apropriadas à instalação de colonos estrangeiros livres e europeus num processo controlado pelo Estado. Nestas terras, os imigrantes ficaram isolados em zonas pioneiras não ocupadas pela grande propriedade que deu origem à formação de laços amistosos entre os alemães, devido à falta de infraestrutura oferecida pelo Estado, como fundação de escolas, espaços de convivência, estradas, pontes, etc. (Seyferth, 2000a, Huber, 2007).

Giralda Seyferth (1982) entende o sentimento de pertencimento identitário dos imigrantes alemães como consequência do sistema de colonização do Brasil. Uma vez que estavam isolados, fortaleceram-se nas relações de colaboração junto aos seus semelhantes a partir do que trouxeram da sua cultura comum.

Conforme Huber (2007: 281) após 1850, o governo imperial passou a responsabilidade da

colonização às províncias e vieram a vigorar as companhias particulares de colonização. A continuidade da ação dos agenciadores durante o Império e a propaganda oficial das empresas particulares de colonização na Alemanha atraíram camponeses, sobretudo, mas também trabalhadores urbanos e artífices, em busca de melhores condições de vida – de vir a ser proprietários. São atraídos também professores, artesãos, operários, refugiados políticos e pessoas com recursos financeiros para dedicarem-se a atividades comerciais e industriais. Ainda que as colônias tivessem planeamento cuidadoso, na maioria não havia demarcação prévia de linhas e lotes. Esse trabalho foi realizado pelos colonos na abertura de *picadas*¹, na construção de pontes e pontilhões, estradas, edificação de alojamentos públicos e outras obras. Havia com isto o auxílio ao pagamento das dívidas às companhias.

“Nos relatos e histórias de vida dos imigrantes, na documentação oficial e também nas narrativas da literatura teuto-brasileira, ao longo do processo de colonização, são descritos conflitos de terra, o cansaço para derrubar a mata e cultivar os lotes sem usar os métodos tradicionais europeus. Problemas como o povoamento disperso, a precariedade das estradas e o transporte, das doenças e enchentes, o endividamento e a dependência em relação aos comerciantes estabelecidos, entre outros. As dificuldades enfrentadas, ao longo do período de ocupação territorial ajudam a elaborar a figura do «pioneiro» – como desbravador da floresta e o fundador das colônias alemãs – algo que aparece com frequência na literatura teuto-brasileira” (Huber, 2007: 281).

Um exemplo que ilustra o isolamento das colônias alemãs é tema do estudo de Úrsula Albersheim (1962), denominado “Uma Comunidade Teuto-Brasileira”. A autora analisa a relação entre os problemas causados pelo isolamento da população de alemães do Vale do Itajaí no sul do Brasil, na região de Jarim. Nesta região o isolamento da população foi equiparado a uma ilha nacional possibilitando a observação das modificações sofridas pela cultura dos imigrantes, à maneira como se adaptaram ao novo meio, aos elementos da cultura local e também, inversamente, características especiais que emprestaram à região que ocuparam, como hábitos da população, este processo foi nomeado pela autora como “variante teuto-brasileira da cultura nacional” (Albersheim, 1962: 176), sobre as relações sociais de integração dos diferentes grupos (brasileiros, teuto-brasileiros e luso-brasileiros), a forma como se adaptaram reciprocamente e as consequências que este tipo de contacto trouxe à cultura dos grupos e também ao Brasil.

Algo que retrata o isolamento acima mencionado, pode ligar-se ao facto de a população de Jarim nunca ter tomado conhecimento dos acontecimentos mundiais e das suas proporções. *“Mantiveram a visão idealizada da Alemanha retratada pela memória de pais e avós, em detrimento do Brasil, como um lugar de poucos recursos”* (Albersheim, 1962: 182).

O desenvolvimento posterior à fase pioneira dos colonos, assim como a migração para centros urbanos maiores, como a cidade de São Paulo, além da emancipação de algumas colônias ainda no período imperial, promoveram diferenças culturais significativas, aumentando os discursos sobre a assimilação dos estrangeiros, preocupando nacionalistas com a possível formação de minorias nacionais (Seyferth, 2000b). Cabe ressaltar que a maior notoriedade da imigração alemã, deve-se à concentração espacial em áreas colo-

niais e urbanas (bairros etnicamente configurados) e às suas especificidades culturais, incluindo o uso da língua, evidenciando-se um discurso étnico fundamentado na noção de germanidade ou germanismo – *Deutschtum*² (*germanidade*) veiculado nas instituições comunitárias (escolas, associações, igrejas), na imprensa e também na literatura publicada em língua alemã. O surgimento de uma etnicidade teuto-brasileira deu-se junto à emancipação das colônias transformadas em município configurando-se uma classe média urbana e rural que exercia a sua cidadania e também as suas proposições políticas (Seyferth, 2000c). A categoria de identificação "teuto-brasileiro" afirma uma condição de pertencimento à nação alemã e à cidadania brasileira como compatíveis. Os imigrantes pensavam no Brasil como um Estado etnicamente plural e não como uma Nação (Seyferth, 2000c: 3).

Ilustra-se com um exemplo do "exercício" do *Deutschtum* o seguinte fragmento, trazido por uma das interlocutoras da nossa pesquisa de campo:

"O jornal que corria em casa, a Colônia tem dois jornais, o Deutsche Zeitung e outro, um era para os alemães que vieram depois da Segunda Guerra ou no intervalo entre as guerras e o outro era dirigido para uma Colônia mais antiga, que ainda falava alemão, mas com uns pedaços de português no meio, sabe? Esse jornal corre muito pelos lados de Blumenau, Rio Grande do Sul, áreas de colônias de alemães mesmo, mas ele é editado aqui em São Paulo. E na minha casa sempre tinham os dois jornais, na casa da minha vó também, minha vó lia sempre, eu ia no jornaleiro em Santo Amaro, lá sempre tinha, ele era semanal. Eu ia pro colégio e minha avó falava: - Traga o jornal" (S.).

O *Deutschtum*³ foi assunto de grande destaque de editoriais e artigos de jornais e almanaques. Eram publicações que visavam a manutenção da língua, dos costumes, das instituições étnicas dos alemães. Elas configuram não só o entendimento da natureza da ideologia étnica, mas também as preocupações brasileiras com o *perigo alemão* existentes na época "pois nelas se enfatizava o direito à especificidade como grupo nacional, muitas vezes sob o argumento da superioridade germânica" (Seyferth, 1994: 6).

Seyferth (1994) explica o conceito de Pátria, implícito na categorização étnica e no próprio *Deutschtum*. O etnicismo presume o pertencimento à nação alemã pelo direito de sangue, e por outro lado a ideia de ter no Brasil uma pátria levaria a condição de brasileiros. *Pátria* tem significados distintos que se completam:

"[...] um é remetido à colônia enquanto comunidade étnica, o outro ao Estado enquanto entidade política e territorial. No primeiro caso, prevalece o conceito de Heimat (termo derivado da palavra Heim = lar) que remete ao processo histórico de colonização, pois a pátria é a colônia germanicamente construída. No segundo caso, prevalece o conceito de Vaterland, remetido à cidadania e associado ao trabalho. Essa duplicidade da noção de pátria inclui os dois princípios que regem a identidade étnica: uma pequena pátria alemã no Brasil construída com esforço coletivo dos colonos pioneiros e a pátria brasileira, que remete à cidadania referenciada pelo direito de solo" (Seyferth, 1994: 7).

Magalhães (1998: 109) acrescenta que o *Deutschtum*, enquanto sentimento de pertença, revela a noção orgânica de comunidade, "em que imagens da família, do corpo, do san-

que, não são utilizados como uma metáfora, mas constituem a mesma essência das suas premissas". Por exemplo, a língua materna, teria para o indivíduo o mesmo significado de uma mãe para o seu filho.

O escritor Hans Tolten (cit. in Magalhães, 1998: 110) retrata uma experiência da família para falar dos seus sentimentos em relação à pátria que não conheceu: "*A saudade que a minha mãe tinha da pátria era tão grande e tão vivamente narrada que fazia com que eu me sentisse, na minha fantasia, muito mais na terra distante do que no mundo de hoje, no qual estou.*"

Neste outro exemplo, trazido por um dos nossos interlocutores, percebem-se algumas proporções que o *Deutschtum* pode alcançar, influenciando até mesmo o projeto de vida: "[...] *ser descendente de alemã me afeta 100%. Muitas características da minha personalidade vêm, com certeza, disso. Seja genético ou comportamental... Muitas pessoas acham que sou realmente estrangeira e que vim parar no Brasil em algum momento da vida por causa de coisinhas simples, que para mim, para minha mãe, para minha tia e para qualquer alemão considera básico: pensar nas ações deles e se elas poderiam incomodar ou prejudicar o próximo. Exemplo besta: procurar um local adequado para atravessar a rua. Com certeza influenciou o meu projeto de vida, pois nunca me senti lá muito brasileira e isso fez com que buscasse alternativas de locais onde eu talvez me sentisse mais em paz. Antes de pensar em algo radical, como voar pelo Atlântico, pensei muito em mudar para o interior, ou para o Sul, ou para o interior do Sul*" (P.).

A partir das definições do *Deutschtum* e de como os alemães lidavam com esta forma de pertencimento étnico, é possível contextualizar o que se deu durante o governo de Getúlio Vargas, na criação do Estado Novo. De acordo com Seyferth (2002) a maior crise nas relações com os brasileiros teve início em 1939, durante a campanha de nacionalização forçada imposta pelo Estado Novo. Decorreu um projeto de assimilação que visava todos os imigrantes e descendentes estabelecidos no país, mas foi especialmente rigoroso com os alemães e os japoneses. Durante toda a campanha repressiva das manifestações étnicas, os descendentes de imigrantes (brasileiros por nascimento) foram classificados como *alienígenas*, estrangeiros que deveriam ser abrasileirados, misturados à sociedade nacional.

A questão do reconhecimento e da assimilação de estrangeiros e dos seus descendentes no Brasil durante este período deixou marcas. Jornais da época trataram estas pessoas de forma particular e estigmatizada promovendo conflitos⁴, revoltas e retaliações. Questões importantes como a relação destes sujeitos com o Brasil são pertinentes: de imigrantes, ora convidados a entrar e permanecer no país, foram de alguma forma "enganados", levando-se em conta as condições objetivas encontradas.

Pressionados a mudar de hábitos e manifestações culturais, teria início uma segunda etapa de adaptação por certo não esperada, sobretudo para aqueles que viviam há anos no Brasil. Paradoxalmente, a tese do branqueamento da população vislumbrava europeus como imigrantes ideais à formação da nova *racialidade*, estes, no entanto, deveriam integrar-se ao abrasileiramento cultural, o que significou uma forma de sentenciarem-se etnicidades produzidas pelos processos migratórios (Seyferth, 2000).

São Paulo: uma cidade em desenvolvimento - a relação com Santo Amaro

A imigração alemã para São Paulo teve início em 1827. Segundo dados da historiadora Siriani (2003: 57) ela se deu após um aviso expedido pelo governo imperial ao presidente da Província, que informava sobre o envio de um grupo de imigrantes alemães que deveria ser estabelecido pelas autoridades locais, onde melhor lhes conviesse. Essa notificação foi motivo de grande surpresa (embora, segundo a autora, já houvesse um aviso anterior). Após quarenta dias desta notificação, atracaria no porto de Santos o primeiro grupo numeroso de alemães. Eles não passaram por uma seleção prévia o que Siriani (2003) coloca ter se tornado um grande problema posteriormente.

Dados do Instituto Martius Staden⁵ revelam que os primeiros alemães que chegaram a São Paulo não eram, na maioria, afeitos ao trabalho agrícola, mas sim artesãos ou profissionais de áreas técnicas, motivo que levou à grande dificuldade na adaptação ao trabalho nas fazendas de café.

Um retrato dos primeiros momentos dos imigrantes alemães em São Paulo e da despreparação da Província é descrito por Siriani (2003: 58): *“Despreparado, o governo provincial não sabia como agir. O que fazer com estes indivíduos? Sem um núcleo colonial formado e nem sequer planejado, os alemães foram enviados temporariamente ao Hospital Militar de São Paulo. Ali instalados, deu-se início a uma verdadeira via sacra, que durou aproximadamente dois anos, até que obtivessem os prometidos lotes de terra. Eram duzentos e vinte e seis indivíduos, aos quais foram se juntando outros grupos menores, que ao cabo de dois anos já representavam quase mil almas.”*

A autora acrescenta também que os alemães foram mal recebidos em São Paulo, devido ao despreparo da população (Siriani, 2003). A sua presença representou um prejuízo aos cofres públicos. Para tanto, a autora menciona uma nota publicada num jornal de grande circulação na época:

“Não havemos de chorar amargamente a quantia de 400.000\$000 de réis para mais que mensalmente sai dos cofres nacionais da província, para sustentar os colonos? [...] não nos havemos de lembrar sem dor que esse dinheiro é sangue dos nossos concidadãos e que estes, por estas e outras fiquem reduzidos à mendicância hão de mandá-los à taboa, ao mesmo passo que se importa gente estranha [...] facinorosa, com inauditos sacrifícios, para colonizar um país que não precisa, senão que o deixem prosperar...” (nota do jornal Farol Paulistano de 12 de julho de 1828 cit. in Siriani, 2003: 59).

Tal facto passou rapidamente à xenofobia. As autoridades responsáveis pelo assentamento dos imigrantes alemães demoraram a chegar ao consenso de que o seu destino seriam as terras devolutas do sertão de Santo Amaro. Em dois anos os imigrantes ainda não estavam estabelecidos e enquanto “sobrecarregaram os cofres públicos” (Siriani, 2003: 59) o descontentamento foi aumentado pelo crescente sentimento de não pertencerem a lugar algum, aliado à impotência e ao facto de não serem bem quistos na cidade.

Após a esperada definição do local de assentamento, houve uma grande deceção frente à realidade apresentada, sobretudo em relação às dificuldades locais. De acordo com

Siriani (2003), a diferença das condições de vida comparadas à vida na terra natal eram gigantescas; muito bem representadas pelo quadro que podemos visualizar no trecho que se segue:

"[...] estavam habituados à paisagem idílica de suas florestas, encobertas por uma aura de contos de fada, onde imensas clareiras alternavam com a sombria atmosfera proporcionada pelos olmos, carvalhos e pinheiros e cascatas jorravam a água gélida, pura e cristalina que, em suas torrentes, alimentavam grandes rios como o Reno, Mosel, Oder entre outros [...]. Toda essa doce memória ressurgiu nos espíritos dos colonos ao se depararem com a cerrada e exuberante Mata Atlântica. Ali, no sertão de Santo Amaro, centenas de espécies de árvores emaranhavam-se através de seus cipós, tecendo uma vegetação compacta e de difícil transposição. Ambiente belo e assustador, abrigo das mais coloridas e variadas bromélias e morada de vistosos pássaros, mas também de animais ferozes como as suçuaranas e onças pintadas, que causavam calafrios nos estrangeiros com o seu rugido trovejante que, vez ou outra, ecoava no interior da mata. O descontentamento foi, portanto, uma reação natural frente ao choque de perspectivas que enfrentavam" (Siriani, 2003: 60).

Esta realidade é ainda descrita com maior clareza e realismo em recolhas de depoimentos de descendentes vivos que recordam parte da história da colonização do Brasil. A Peça de Teatro "Brasílian 13 caixas" é um bom exemplo, parte do projeto da diretora de teatro Karin Beier que procura retratar a identidade de descendentes alemães no Brasil. Esta produção foi resultado de uma longa pesquisa realizada pela autora e assistentes, nas principais zonas de colonização alemã no Brasil (englobam-se aqui São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) entrevistando descendentes de alemães e baseado a peça nesses relatos.

Após os sorteios que definiriam quais lotes iriam pertencer a quais famílias, estas, jamais receberam os títulos de posse dos mesmos. Assim, sem a existência de um contrato formal de vinculação a estes núcleos, os alemães não se sentiram presos ao local e sem segurança, muitos se dirigiram à vila de São Paulo, e encontraram ocupação e trabalho nas regiões centrais (Siriani, 2003: 62-63). Ainda que pelos registos oficiais não se possa saber com exatidão o número de famílias que seguiu para a vila de São Paulo, consta que no ano de 1860, a população alemã da região de Santo Amaro girava em torno de 500 indivíduos (Siriani, 2003: 68).

Santo Amaro não tardou a tornar-se autossuficiente, por possuir dinamismo próprio. A região passou a contribuir diretamente para o abastecimento da cidade de São Paulo (gêneros da terra, madeira e pedra de cantaria) e do vilarejo rudimentar. Fez desta forma, parte do quadro de sobrevivência da capital, sobretudo depois da chegada dos imigrantes alemães (Siriani, 2003: 71). Pode-se dizer que o crescimento de Santo Amaro acompanhou o crescimento urbano da capital paulista, tendo os imigrantes alemães introduzido inúmeras inovações na região:

"O caráter agrícola da região, que fazia parte de uma espécie de cinturão de abastecimento da capital (...). Os alemães introduziram inovações como, por exemplo, a cultura da batata, na qual foram pioneiros, abastecendo os mercados da capital e a produção de laticínios, como o queijo e a manteiga, que não faziam parte da

mesa do paulistano e, por isso, tiveram grande aceitação. Sendo assim, Santo Amaro passou a dinamizar-se, contribuindo cada vez mais para o abastecimento dos mercados da capital e de seus arredores" (Siriani, 2003: 72-73).

Siriani (2003) convida os leitores da sua obra a refletirem sobre os caminhos trilhados pelos imigrantes alemães quando se estabeleceram em Santo Amaro. Mostra claramente a sua importância para a emancipação da região, enfrentando o "*isolamento, a pobreza e rusticidade dos sítios, a perda da identidade cultural com um crescente processo de acaboclamento⁶, além das dificuldades de cultivar um solo acidentado [...]*" (Siriani, 2003: 80).

Apesar das adversidades, os alemães contribuíram para transformar o sertão de Santo Amaro numa zona importante de abastecimento da capital, cuja produção de alimentos era parte significativa das necessidades da cidade. Também aqueles que abandonaram o núcleo colonial e se dirigiram às vilas de São Paulo, puderam enfim exercer os seus ofícios, de pedreiro, ferreiro, carpinteiro, padeiro, tipógrafo, taberneiros (entre outros) contribuindo com técnicas até então desconhecidas para o desenvolvimento do que viria a se tornar uma metrópole importante da América do Sul (Siriani, 2003).

A questão que envolvia os caboclos da região foi tema de grande interesse jornalístico por décadas. O *acaboclamento* decorreu de um processo lento que envolveu "os percalços dos primeiros anos de colonização até a integração do elemento alemão" (Siriani, 2003: 81). Os fatores que contribuíram para o *acaboclamento* por parte da população de imigrantes das regiões do sertão de Santo Amaro, decorreram do isolamento e da dificuldade de comunicação com a vila de São Paulo, representados pelas condições das estradas de ligação, pela falta de escolas e de profissionais capacitados para alfabetizar a população local, pela necessidade do trabalho infantil nas lavouras familiares e as más condições económicas locais, entre outros (Siriani, 2003).

Willems (1980: 82) apresenta o *acaboclamento* como "*um dos aspetos da assimilação do imigrante alemão na sociedade de acolhida através dos seus contactos primários, ou seja, através do meio local em que viviam e dos valores locais que lhes eram apresentados*". Logo, o contacto com os caboclos da região é interpretado como fator importante na reprodução de um modo de vida simples e rústico.

O processo de *acaboclamento* decorreu das condições climáticas difíceis, naturais e também das adversidades religiosas entre os grupos alemães que ali habitavam: Os imigrantes viam, na aproximação com o caboclo, uma relação de apoio para sobreviver, fomentando, segundo o autor, uma relação simbiótica. "*[...] o caboclo nativo derrubaria as matas e prepararia as roças à sua maneira para que os alemães pudessem cultivar*" (Willems, 1980: 82).

Zenha (1950) apresenta também um exemplo que pode explicitar a simbiose abordada por Willems (1980), no parágrafo anterior: "*[...] colocados junto a uma sociedade primária, muito depressa adquiriram-lhe as poucas fórmulas de comportamento, alijando também depressa grande parte do acervo cultural que traziam. Os hábitos nativos, bons e maus, foram sendo incorporados sem nenhuma relutância. Alguns teuto-brasileiros praticavam*

até a imagem dos dentes, fazendo-os pontudos, à moda de certos caboclos da região. Dentes de 'traíra' diziam." (Zenha, 1950: 55 cit. in Siriani, 2003: 88, aspas do autor).

No que diz respeito à alimentação, o facto de os alemães mudarem os seus hábitos quotidianos, como alimentarem-se de salsichas, por exemplo, para ingerir basicamente milho, ovos, feijão, galinhas e palmito (produtos da região) também é algo que deve ser levado em consideração visto fazer parte do processo de adaptação à nova situação de vida e ao convívio com o caboclo. Este possibilitou, além do contacto mais amplo com os diferentes tipos de alimentos, o conhecimento de inúmeras ervas e raízes utilizadas em chás e infusões, sobretudo usados para curar febres, problemas intestinais e demais doenças, além de picadas de cobras. Do contacto com os caboclos aprenderam a identificar as cobras mais venenosas da região (Siriani, 2003).

"[...] o processo de acaboclamento não pode ser visto como algo puramente pejorativo ou que caiba dentro de categorias conceituais estanques como, por exemplo, «aculturação» ou «assimilação». O acaboclamento foi um fenômeno além dessas definições. Ele pressupôs uma relação de benefícios mútuos, de completude e complementação entre o elemento teuto-brasileiro e a população nativa do sertão de Santo Amaro. Significou a integração dos grupos dando origem a um tipo característico da região" (Siriani, 2003: 91, aspas da autora).

A campanha de nacionalização e o Estado Novo: pela criação de um povo "abrasileirado"

Instituída em nome da unidade nacional, a campanha de nacionalização do Estado Novo, iniciada em 1937 com a pretensão de forçar a assimilação dos alienígenas (ausência de abrasileiramento), produziu a maior crise enfrentada pelos alemães e os seus descendentes: houve intervenção nas escolas e outras instituições comunitárias, o uso da língua materna foi proibido em público e os militares procuraram impor civismo através do elogio à miscigenação étnico racial. Tal facto teve efeitos decisivos, entre eles, o desaparecimento da imprensa e das escolas étnicas e de algumas instituições culturais (Alves, 2006; Seyferth, 2000a, 2000b). As situações de conflito produzidas marcaram a vida quotidiana destes alemães até final da década de 1940, todavia, cabe aqui o questionamento constante no que toca à expressão destes factos sobre marcas ainda presentes nos dias atuais.⁷

Seyferth (2000a) indica as motivações económicas e geopolíticas consideradas no planeamento da colonização, nem sempre consonantes com os princípios do nacionalismo: *"[...] para os propósitos de formação da nação, os imigrantes e seus descendentes deviam ser assimilados, ou melhor, caldeados num abrasileiramento de concepção cultural e racial; mas a colonização, tal como foi implementada no sul, deixou, a princípio, uma população estrangeira numericamente expressiva afastada da sociedade nacional. [...] temos, por um lado, uma concepção de nação elaborada, num sentido mais geral, por nacionalistas de diferentes matizes compartilhando ideais assimilacionistas e princípios de desigualdade racial e, por outro lado, os interesses económicos e políticos provincianos (ou não) que preferiam o "colono estrangeiro" no seu lugar - isto é, explorando morigeradamente e sem reivindicações cívicas o seu lote colonial. Nessa perspectiva, os colonos não deviam ter representatividade política"* (Seyferth, 2000a: 150).

A autora acrescenta que oficialmente, elites brasileiras nunca deixaram de falar em assimilação e miscigenação, que negasse a existência de minorias. Contudo, na prática, a especificidade social e cultural das diversas colônias, bem como a segregação resultante da política oficial de colonização, gerou um discurso de exclusão. *"Os indivíduos étnicos não podiam ser considerados brasileiros estigmatizados como cidadãos ilegítimos porque não eram nacionais"* (Seyferth, 2000a: 151).

Os alemães no Brasil sofreram com a política nacionalista do governo Vargas uma série de decretos publicados que atingiram costumes, o cotidiano e valores desta comunidade de imigrantes. Ficou proibido falar o seu idioma em público, reunir-se para atividades políticas ou manter escolas essencialmente alemãs. Tais medidas foram naquela época, cumpridas à risca na região sul do país, que detinha o maior número de estrangeiros e descendentes alemães, medidas também adotadas em outros Estados do país (Perazzo, 2009).

Esta vivência também é relatada por uma entrevistada da nossa pesquisa:

"A geração do tempo do Getúlio praticamente não leu o alemão e quando não se lê, não se escreve, fica-se ruim da língua. Eu fiz o último ano do primário lá em Pomerode e não se podia falar o alemão na escola, não se podia, não tinha nada para incentivar a língua" (S.).

"[...] e aí vem o negócio da guerra, mas mesmo assim, apesar de toda a repressão do Getúlio, mesmo assim o grupo se manteve! Os colégios voltaram, entendeu? Voltaram a ensinar alemão, os colonos voltaram às suas associações e sei lá, tem pessoas, na verdade, não da minha idade, um pouco mais velhas, que não podiam dar o nome alemão, então foram desenterrados nomes alemães antiquíssimos, que você não reconhecia como alemães" (S.).

Conclusão: Reconhecendo na História um importante sentido na vida dos descendentes alemães no presente

Neste artigo procurou-se intercalar informações obtidas nos textos históricos "oficiais" no campo das artes e com trechos de relatos de entrevistados de uma pesquisa de mestrado. Compreendemos que a constituição identitária de um povo tem origem histórica, mas é no cotidiano que a interface indivíduo-história-sociedade irá se articular, atribuindo sentido para o próprio sujeito descendente e também para a sociedade, em permanente construção.

Entrevistar descendentes de imigrantes alemães no Brasil, num primeiro momento, não se mostrava algo incomum ou mesmo desafiador. Pensamos primeiro constituir um número expressivo de estudos de caso para depois compreender a constituição identitária dos indivíduos cuja ascendência estrangeira poderia conferir-lhes vivência diferenciada de outros brasileiros, com outras raízes culturais.

Foi, contudo, ao realizar o levantamento histórico da imigração alemã no Brasil, ao reconhecer as suas peculiaridades, desafios e tortuosos meandros, que a relevância social

do tema emergiu. A constatação deste facto foi de grande importância para entendermos de que lugar falamos os entrevistados. Um lugar presente, actual, que se constituiu, entretanto, no passado longínquo permeado por guerras, recessões, preconceitos, interesses e política. E cujos desdobramentos fazem-se presentes nos discursos dos sujeitos, no modo como veem o mundo e o mais importante, no modo como construíram as suas identidades.

Como diz Hommi Bhabha (2001: 67-68) é a vivência do hibridismo cultural que produz novas significações, no momento em que o sujeito integra o seu passado ao seu presente, na sociedade em que vive. *"É o Terceiro Espaço que constitui as condições discursivas da enunciação que garantem que o significado e os símbolos da cultura não tenham unidade ou fixidez primordial e que até os mesmos signos possam ser apropriados, traduzidos, re-historizados e lidos de outro modo"*.

Ao reconhecer tal interface e sua importância social, o corpo do texto ganhou brilho, à medida que percebíamos a história viva, relatada pelos sujeitos, no seu movimento e potencialidades.

Reitera-se a importância do entendimento da imigração numa perspectiva histórica para se compreender o presente e se lançarem novas perspectivas e orientações para o futuro, onde alguns erros possam ser evitados e os acertos evidenciados na construção de políticas de pertencimento para imigrantes.

Notas

¹ Picadas ou linhas constituíram-se como unidades sociais básicas do sistema, de cujo traçado (correspondente a uma via de comunicação) eram demarcados os lotes. Por exigência legal o colono devia residir na sua propriedade, facto que impediu a formação de povoados ou aldeias semelhantes às europeias, o que levou os geógrafos a definir essa forma de ocupação como "rural dispersa" (Roche, 1969; Waibel, 1958 apud Seyferth, 2000).

² *Deutschum* demarca a etnicidade a partir da crença na origem racial comum, engloba a língua, cultura e determina a solidariedade do povo alemão (Seyferth, 2000c)

³ Seyferth sugere alguns conceitos importantes para a definição do *Deutschum*: " [...] a nova pátria é a colônia, a nova cidadania é brasileira, mas a etnia continua sendo alemã; o ato de emigrar significou o rompimento com o país de origem, mas não com o Volk (povo) alemão. O pertencimento sugerido por tal categoria remete, por um lado, a uma entidade supra territorial - a nação alemã, concebida como entidade cultural e linguística que une um povo de mesma origem e, por outro lado, à cidadania e a um território considerado como Heimat (casa) ou Vaterland (terra paterna) - no caso, o Estado brasileiro. [...] a ligação com a Alemanha, portanto, baseia-se se na comunidade de sangue e língua, naturalizada através de um modo de vida alemão preservado nas colônias, numa reapropriação da ideologia nacionalista anterior a unificação alemã, que podia falar de uma Nação sem Estado. De certa forma isso explica porque a endogamia e até mesmo a nova sociedade, imaginada como produto da capacidade herdada de trabalho, portanto associada à raça, são concebidos como fronteira étnica a preservar. O modelo étnico de nação tem seus mitos de descendência e eles são necessários à mobilização interna. Nesse caso, o mito da união espiritual e cultural de todos os alemães e seu passado original, serve de base a formulação do *Deutschum*, que também incorpora um outro mito, o da capacidade inata de trabalho que produziu uma sociedade civilizada em plena selva" (Seyferth, 1994: 6).

⁴ Para informações sobre a expressão dos *media* em relação aos imigrantes e seus descendentes durante o Estado Novo consultar Fernandes (2011).

⁵ Vídeo informativo do Instituto Martius Staden sobre a imigração alemã em São Paulo disponível em <http://www.martiusstaden.org.br/> (acedido em 06.09.2013).

⁶ Siriani (2003: 82) explica a origem do caboclo partindo do verbo "acaboclar" cujo significado implica o "tornar-se rústico" ou "acaipear-se" (aspas da autora). Cita também o termo *acaboclado* cujo significado: "que tem o aspecto do caboclo. Próprio de caboclo, ou semelhante a este, nos modos ou no comportamento rústico, caipira." (Ferreira, 1999: 20 apud Siriani, 2003: 82, grifo nosso).

⁷ Ver Portuguesis e Ardans (2013) e Ramos, A. G.; Almeida, F. S.; Bezerra, P. R. M (2009).

Referências Bibliográficas

- Albersheim, U. (1962), *Uma comunidade teuto-brasileira*, Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, Ministério da Educação e Cultura.
- Alves, E. B. (2006), *Etnicidade, Nacionalismo e Autoritarismo: a comunidade alemã sob vigilância do DEOPS (1930-1954)*, São Paulo: Humanitas, Fapesp. Coleção Histórias da repressão e da resistência, v. 3.
- Bhabha, H. (2001), *O local da cultura*, Belo Horizonte: UFMG.
- Beier, K. (2013), *Brasilien 13 Caixas. Uma Exposição Humana*, de Karin Beier com um epílogo de Elfriede Jelinek. Direção Karin Beier, realização: Sesc São Paulo e Goethe Institut; Cooprodução: Deutsches Schauspielhaus in Hamburg e produção. art.br; (exibição 2 a 7 de julho, 2013).
- Davatz, T. (1980), *Memórias de um colono no Brasil: 1850*, São Paulo: Itatiaia.
- Fernandes, L.N.P. (2011), "*Perigo alemão ou germanofobia?*" *Os alemães em São Paulo entre 1889 e 1918*, Mestrado em História Social, Departamento de História Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- Huber, V. (2007), "A literatura dos imigrantes alemães do Vale do Itajaí", *Linguagens- Revista de letras, artes e comunicação*, Blumenau, v.1, n.3, set./dez., p.277-288.
- Karastojanov, A.M.S. (1999), *Vir, viver e talvez morrer em Campinas: um estudo sobre a comunidade alemã residente na zona urbana durante o Segundo Império*, Campinas: Editora da Unicamp.
- Lorenz, S. (2008), "Processos de purificação: expectativas ligadas à emigração alemã para o Brasil (1880-1918)", *Espaço Plural*, ano IX, n.19, p.29-38.
- Magalhães, B.M. (1998), *Pangermanismo e Nazismo. A trajetória alemã rumo ao Brasil*, Campinas, SP: Editora da Unicamp/FAPEESP.
- Maltzahn, P.C. (2011), *A construção da identidade étnica teuto-brasileira em São Lourenço do Sul (década de 1980 até os dias atuais)*, Doutorado em História Cultural, Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de pós-graduação em História.
- Oliveira, R.S. (2008), *Colonização alemã e poder - A cidadania brasileira em construção e discussão (Rio Grande do Sul, 1863-1889)*, Mestrado em História, Universidade de Brasília.
- Perazzo, P. F. (2009), *Prisioneiros da Guerra. Os "Súditos do Eixo" nos campos de concentração brasileiros (1942-1945)*, Coleção Histórias da Repressão e da Resistência v. 5, São Paulo: Humanitas, Imprensa Oficial.
- Perazzo, P. F. (2009a), "O brilho da suástica na capital paulista", in Carneiro, M.L.T. (org.), *São Paulo metrópole das utopias. Histórias de repressão e resistência no arquivo Deops*, São Paulo: Lazuli Editora, Companhia Editora Nacional, p.233-251.
- Portuguesi, D. e Ardans, H.O.B. (2013), "A viagem do Windhuk: apontamentos sobre migração, sofrimento ético-político e identidade", in *Diálogos possíveis* (FSBA), v.12.
- Ramos, A. G, Almeida, F. S e Bezerra, P. R. M. (2009), *Windhuk: A décima terceira viagem*, Itercom - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, Exposição da Pesquisa Experimental em Comunicação.
- Sayad, A. (1998), *A imigração ou os paradoxos da alteridade*, São Paulo: EDUSP.
- Seyferth, G. (1976), *Nacionalismo e Identidade Étnica. A Ideologia Germanista e Grupo Étnico Teuto-brasileiro numa Comunidade do Vale do Itajaí*, Tese de Doutorado apresentada ao departamento de Ciências Sociais da FFLCH/USP.
- Seyferth, G. (1982), *Nacionalismo e Identidade Étnica*, Florianópolis: FCC, Ed.

- Seyferth, G. (1989), "Liga pangermânica e o perigo alemão no Brasil", *História: Questões & Debates*, ano 10 (18/19).
- Seyferth, G. (1991), "Os paradoxos da miscigenação", *Estudos afro-Asiáticos*, 20, pp.165-185.
- Seyferth, G. (1994), "Identidade étnica, assimilação e cidadania: a imigração alemã e o Estado Brasileiro", *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v.9, n.26, p. 103-122.
- Seyferth, G. (1999), "A colonização alemã no Brasil: Etnicidade e conflito", in *Fazer a América – a imigração em massa para a América Latina*, São Paulo: Memorial/EDUSP.
- Seyferth, G. (1999), "Os imigrantes e a Política de Nacionalização do Estado Novo", in Pandolfi, D. (org.), *Repensando o Estado Novo*, Rio de Janeiro: Ed. FGV, p.257-288.
- Seyferth, G. (2000a), "As identidades dos imigrantes e o Melting Pot nacional", *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v.6, n.14, p.143-176.
- Seyferth, G. (2000b), "Imigração no Brasil: os preceitos de exclusão", in *Reportagem: Brasil, migrações internacionais e identidade*, disponível em <http://www.comciencia.br/reportagens/migracoes/migr03.htm> acesso em: 06/11/2012
- Seyferth, G. (2000c), "Os alemães no Brasil: uma síntese", in *Reportagem: Brasil, migrações internacionais e identidade*, disponível em <http://www.comciencia.br/reportagens/migracoes/migr18.htm> acesso em: 06/11/2012
- Seyferth, G. (2002), *A Etnicidade e cultura: A constituição da identidade teuto-brasileira*, IACD, Washington, disponível em: http://www.educoas.org/Portal/bdigital/contenido/interamer/interamer_45/Zar45_Seyf.aspx?culture=en. Acesso em: 04/11/2012
- Siriani, C. L. S. (2003), *Uma São Paulo Alemã: vida quotidiana dos imigrantes germânicos na região da capital (1827-1899)*, São Paulo: Imprensa oficial.
- Willems, E. (1980), *A Aculturação dos alemães no Brasil*, São Paulo: Companhia Editora Nacional.